

FUTUROS INTERROMPIDOS: JUVENTUDES, DOCÊNCIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO EM DISPUTA

EDITORIAL

INTERRUPTED FUTURES: YOUTH, TEACHING, AND THE RIGHT TO EDUCATION UNDER THREAT

EDITORIAL

 Adriana Almeida^A
 Amanda Mendonça^B

^A FFP/UERJ, São Gonçalo. Rio de Janeiro, Brasil

^B FFP/UERJ, São Gonçalo. Rio de Janeiro, Brasil

O direito à educação, assegurado pela Constituição Federal e por tratados internacionais de direitos humanos, tem sido progressivamente tensionado no Brasil e em outros países da América Latina. Nas últimas décadas, transformações estruturais associadas ao aprofundamento das desigualdades sociais, das políticas de austeridade e da fragilização democrática têm comprometido a efetivação desse direito. Mais do que limites das políticas educacionais, esse cenário expressa uma crise mais ampla que atravessa o trabalho, a democracia e as políticas públicas.

Entre seus principais efeitos está a precarização do trabalho docente, marcada por baixos salários, vínculos laborais instáveis, intensificação do trabalho e perda de autonomia pedagógica. Soma-se a esse processo a crescente desvalorização das licenciaturas, evidenciada pela redução da procura pelos cursos de formação de professores e pelo aumento da evasão, fenômeno frequentemente denominado "apagão docente". Trata-se de um processo que ameaça não apenas a sustentabilidade da carreira, mas também a qualidade e a universalização da educação pública.

Esse quadro não se restringe ao contexto brasileiro. Em diferentes países latino-americanos, reformas inspiradas em princípios gerencialistas e neoliberais têm reduzido investimentos públicos, ampliado mecanismos de avaliação padronizada e reforçado políticas de responsabilização individual dos docentes. Ao deslocarem o debate educacional de suas dimensões sociais e políticas, essas políticas tendem a reduzir a docência a indicadores de desempenho, esvaziando seu caráter coletivo e democrático.

A pandemia de covid-19 aprofundou essas desigualdades ao evidenciar a fragilidade das redes de ensino, os limites das políticas públicas diante de situações de emergência e os impactos persistentes sobre a aprendizagem, a saúde mental e as condições de trabalho docente.

As juventudes experimentam diretamente esses processos. Convivem com desigualdades de acesso e permanência, infraestrutura precária, dificuldades de aprendizagem e perspectivas incertas quanto à inserção no mundo do trabalho e à construção de projetos de vida. Assim, a disputa pelo direito à educação é também uma disputa pelos futuros possíveis das novas gerações e pela própria democracia, uma vez que a escola permanece como espaço privilegiado de produção de conhecimento, socialização e afirmação de direitos.



É nesse contexto que se insere o dossiê *Futuros interrompidos: juventudes, docência e o direito à educação em disputa*, organizado pela Revista Interinstitucional Artes de Educar. O título sintetiza a interrupção de trajetórias escolares, o enfraquecimento das carreiras docentes e os obstáculos impostos à construção de projetos de vida, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de interromper esse processo por meio da pesquisa, da crítica e da ação coletiva.

As contribuições reunidas reconhecem a profunda articulação entre direito à educação, juventudes e docência. Partem do entendimento de que a garantia desse direito depende do fortalecimento das condições de trabalho docente e do reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos, cujas experiências e demandas precisam ocupar lugar central na produção do conhecimento e na formulação das políticas educacionais.

Nesse debate, as universidades públicas desempenham papel estratégico, tanto na formação de professoras e professores quanto na produção de pesquisas comprometidas com a defesa da educação pública e da democracia. Muitas das análises presentes no dossiê são atravessadas por perspectivas interseccionais, evidenciando como raça, gênero, classe, território e geração estruturam as experiências escolares e produzem desigualdades persistentes.

Ao reunir investigações empíricas, reflexões teóricas e relatos de experiência, o dossiê evidencia tanto os efeitos das políticas neoliberais e conservadoras sobre a educação quanto às múltiplas formas de resistência construídas por docentes, estudantes, movimentos sociais e instituições comprometidas com a defesa da escola pública.

A chamada recebeu ampla adesão e este número reúne 18 textos, entre artigos e um relato de experiência, que abordam a temática sob diferentes perspectivas. Um sobrevoo pelas palavras-chave revela a diversidade das questões analisadas: direito à educação, juventudes, docência, formação de professores, ensino médio, narrativas autobiográficas, políticas educacionais, ocupações estudantis, masculinidades, imaginários geográficos, infâncias, currículo, educação de surdos, ensino de botânica, violência sexual contra crianças, altas habilidades, superdotação, arte e ciência.

Oriundos de diferentes regiões do país, esses trabalhos compõem um panorama plural das disputas contemporâneas em torno da educação, reafirmando a necessidade de enfrentar processos que naturalizam as desigualdades e enfraquecem as políticas públicas educacionais. Agradecemos às autoras, aos autores, aos pareceristas e à equipe editorial que tornaram possível esta publicação. Esperamos que as reflexões aqui reunidas contribuam para fortalecer o debate público e acadêmico sobre juventudes, docência e direito à educação, reafirmando que a produção de conhecimento crítico constitui também uma forma de resistência. Sobretudo, esperamos que este dossiê reafirme a convicção de que outros futuros para a educação, para as juventudes e para a docência continuam sendo possíveis.